

## Parecer Jurídico nº 078/2026

**Referência:** Projeto de Decreto Legislativo 562 /2026  
Autoria: Vereadora Mariana Nunes.

**EMENTA:** “Concede o Título de Cidadão Honorário do Município de Sabará ao Sr. Pedro Aihara.

### I RELATÓRIO

Foi encaminhado a Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis para emissão de parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 562/2026, como finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Município de Sabará à Sr. Pedro Aihara, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município.

### II ANÁLISE JURÍDICA

Submetido à matéria a análise do Procurador da Câmara Municipal para verificação da legalidade e regularidade do dispositivo em referência.

O presente Decreto Legislativo visa a concessão de Cidadania Honorária ao Sr. Pedro Aihara, pelo reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município.

No caso em apreço vale enfatizar que a matéria veiculada se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa que são assegurados ao Município insculpidos no artigo 30, inciso I da Constituição

Federal de 1988 e não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal), in verbis:

Constituição Federal 1988

*“Artigo 30- “Compete aos Municípios”:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;” (grifo nosso)*

Apesar da generalidade que pode advir da expressão assuntos de interesse local, percebe-se, nesse caso, que o preceito constitucional se enquadra no assunto debatido, uma vez que o interesse local não é caracterizado pela exclusividade do interesse, mas sim pela sua predominância, o que é aplicável à criação de datas comemorativas, concessão de honrarias, em que não haja implicações vedadas pelo ordenamento jurídico.

Importante elencar ainda que a matéria veiculada está expressamente regulamentada no Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Sabará.



### III – CONCLUSÃO

Diante do todo exposto, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica, a Procuradoria Jurídica OPINA, pela viabilidade técnica do Projeto em referência.

É o parecer

Sabará 15 de abril de 2026.

*Márcio dos Santos Silva*  
Procurador Jurídico  
OAB/MG 169.203